

GT5: Política, Ética e Economia da Informação

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTOⁱ

Sarita Albagli

D. Sc. em Geografia, pesquisadora do IBICT e

Professora do PPGCI (UFF-IBICT), sarita@ibict.br

Resumo: O trabalho pontua as questões principais que têm norteado o debate em torno do papel da informação e do conhecimento nos processos de desenvolvimento – o foco inicial na dimensão tecnológica e suas interfaces com o aprofundamento da globalização e da atuação em rede, passando pela atenção ao papel do conhecimento tácito, da inovação e do aprendizado, até chegar à ênfase hoje conferida à dimensão sócio-espacial e à análise dos fluxos de informação e conhecimento nas interações locais.

Palavras-chave: informação; conhecimento; desenvolvimento; inovação.

1 INTRODUÇÃO

Desde as duas últimas décadas do século XX, estão em curso transformações significativas nas esferas social, cultural, política, econômica e tecnológica. Em particular, chama a atenção o papel estratégico que a informação e o conhecimento desempenham no novo cenário, projetando as noções de Era, Sociedade e Economia da Informação e do Conhecimento.

Cada vez mais, impõe-se a necessidade de inserir os processos informacionais, cognitivos e inovativos no âmbito de estratégias mais amplas de desenvolvimento, que contemplem as múltiplas variáveis – econômica, sócio-cultural e ambiental.

Na busca de melhor compreender e conceituar tais processos, demonstra-se a importância de abordagens interdisciplinares, que gerem contribuições a partir do diálogo entre diversas áreas do conhecimento, particularmente das ciências humanas e sociais, tais como Ciência da Informação, Economia, Geografia, Administração, Direito, Sociologia e Ciência Política.

O trabalho pontua as questões principais que têm norteado esse debate – o foco inicial na dimensão tecnológica e suas interfaces com o aprofundamento da globalização e da atuação em rede, passando pela atenção ao papel do conhecimento tácito, da inovação e do aprendizado, até chegar à ênfase hoje conferida à dimensão sócio-espacial e à análise dos fluxos de informação e conhecimento nas interações locais.

Esse conjunto de temas tem não apenas norteado as agendas de pesquisa nas várias disciplinas que se dedicam à questão, como também as agendas de política de ciência, tecnologia e inovação.

2 INFORMAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, desenvolveu-se e difundiu-se um conjunto de tecnologias, tendo como núcleo central a maior capacidade de tratamento da informação, bem como de sua aplicação direta no processo produtivo. Na base do “novo paradigma técnico-econômico”, encontram-se as novas tecnologias da informação e comunicação – TIC, que possibilitam a transmissão, o processamento e o armazenamento de grandes quantidades de dados e informações a baixo custo e a alta velocidade, viabilizando diversas aplicações.

Nos anos de 1980 e 1990, boa parte dos países passou a adotar estratégias com o objetivo de estabelecer condições que permitissem melhor capitalizar as inovações trazidas pelo rápido desenvolvimento e difusão das TIC, ganhando expressão a idéia de uma sociedade da informação.

Essas políticas e estratégias, então inspiradas no modelo norte-americano, orientaram-se, a princípio, para a construção de uma infra-estrutura de informação e comunicação, abrangendo as indústrias de comunicação (transmissão por redes a cabo, por satélite e rádio-difusão), de computação (*hardware* e *softwares*), de conteúdos (bancos de dados, indústrias cinematográfica e fonográfica, entre outras) e suas várias interfaces multimídias, a partir da convergência tecnológica e econômica permitida pela digitalização da informação em suas diferentes formas – dados, imagem/vídeo, texto e voz.

Mas a construção dessa infra-estrutura, embora condição fundamental para aproveitar o potencial das TIC, não foi suficiente para garantir benefícios para o conjunto dos segmentos sociais, países e regiões.

O desenvolvimento de meios mais eficientes e rápidos para o transporte de bens materiais e imateriais forneceu a base técnica para a conformação de um mercado globalizado, sob o controle dos grandes grupos econômicos, bem como para imprimir maior velocidade à circulação

do capital financeiro, no movimento de “financeirização” das economias. Tudo isto culminou, na última década, com o aprofundamento do processo de globalização, cuja real extensão e significado é ainda objeto de fortes controvérsias.

Nesse cenário, as redes financeiras, mercantis e de informação assumem um caráter estratégico. Daí que, para alguns, um dos traços mais marcantes do padrão de desenvolvimento atual é a atuação em rede – interpessoais, interorganizacionais, sociais, interinstitucionais, intraorganizacionais (Castells, por exemplo, batizou de **sociedade em rede**).

No pensamento geográfico, ressalta-se que o acesso e o controle dessas redes e fluxos são centrais na vantagem competitiva e no exercício do poder em todas as escalas geográficas (Becker, 1991). Reconhece-se, por outro lado, que as redes são seletivas e excludentes; nas palavras de Santos (1997), as redes são “parte do espaço e o espaço de alguns”, diferenciando-se que o autor chama “espaço banal”, ou seja, “o espaço de todos, todo o espaço”. Elas promovem a unificação técnico-econômica do planeta, mas, como ressalta Milton Santos, não a união.

Demonstrou-se assim que um conjunto de medidas e ações seria necessário para ampliar a difusão dessas transformações técnico-produtivas, bem como para evitar o agravamento das desigualdades sociais.

A partir dos programas europeus, a noção de sociedade da informação passou a envolver uma agenda de maior amplitude política, social e cultural (LEGEY; ALBAGLI, 2000). Colocou-se, do mesmo modo, a necessidade de novos arcabouços teórico-conceituais, representando um desafio para um cada vez mais diverso conjunto de áreas do conhecimento.

Nas agendas políticas e de pesquisa passaram a figurar questões, tais como:

a) Novos aspectos éticos e legais surgiram, particularmente com o desenvolvimento e a expansão da Internet. Através do ciberespaço, são difundidos conteúdos diversos e informações sob variadas formas (textos, imagens fixas ou em movimento e sons), provenientes de múltiplas fontes (e muitas vezes anônimas), originárias de qualquer parte do globo. Questões relacionadas ao comércio eletrônico, à propriedade intelectual e a conteúdos ofensivos na Internet são apenas algumas das que vêm demandando novas abordagens no campo do Direito e das relações internacionais. Para lidar com essa nova realidade, estabelece-se um reordenamento institucional e normativo que permita reger as práticas, os padrões de comportamento, direitos e limites daqueles que se encontram direta ou indiretamente envolvidos e afetados pelas inovações de todo tipo geradas em torno do novo padrão.

b) Com a diversificação proporcionada pela interconexão das diferentes mídias e redes eletrônicas e frente à perspectiva de sua crescente interatividade, permitiu-se a provisão e o acesso a uma cada vez mais variada gama de serviços e conteúdos, por meios eletrônicos e digitais, colocando também novíssimas questões e reflexões em áreas como: cultura, lazer, educação (ensino à distância), saúde (telemedicina), serviços financeiros e consumo em geral, entre tantos outros.

c) Há diversas repercussões na esfera do trabalho e do emprego – desde as possibilidades e implicações do chamado “teletrabalho”^[4], passando pelo desenvolvimento de várias formas trabalho em rede, até as interfaces com o “trabalho flexível” (trabalho autônomo, temporário, em tempo parcial, bem como o trabalho subcontratado e “terciarizado”). Tal flexibilidade representa geralmente relações e condições de trabalho mais instáveis e inseguras, do ponto de vista do trabalhador (“precarização” do trabalho). Além disso, a possibilidade de acesso, a partir de qualquer ponto, a conteúdos e serviços diversos, através dos meios eletrônicos, diminui as fronteiras entre os espaços (e os tempos) domésticos, do trabalho e do lazer.

Acresce-se o problema mais geral do deslocamento ou perda de postos de trabalho, a partir das mudanças da base técnico-econômica, que vem agravando as situações de desemprego e subemprego e, deste modo, contribuindo para adensar as situações de exclusão e de tensão social. Do mesmo modo (também nos países centrais), ampliam-se as desigualdades de rendas, particularmente em razão das disparidades salariais entre trabalhadores mais e menos qualificados.

d) Por outro lado, uma série de novas possibilidades surgiu também do ponto de vista das formas de participação política, de ampliação da cidadania e de organização do Estado, envolvendo questões como: mobilização e ativismo político por meio de redes e comunidades virtuais; informação e serviços governamentais por meio da Internet (“governo eletrônico”); voto eletrônico, entre outros.

e) Daí a preocupação com a chamada “cisão digital” (*digital divide*), que evidencia o caráter ainda excludente da difusão das TIC, com todas as conseqüências sociais, políticas e econômicas. Mas a universalização do acesso a tais tecnologias demonstra ser insuficiente; tão ou mais importante é a democratização e a possibilidade de diversidade de conteúdos, línguas e linguagens que circulam nas redes multimídias; e ainda a capacidade de fazer uso desses conteúdos, ou seja, capacidade de gerar e aplicar conhecimentos.

3 INOVAÇÃO, CONHECIMENTO E APRENDIZADO

A projeção do termo sociedade e economia do conhecimento e do aprendizado veio expressar algumas ênfases: (a) a distinção entre os conceitos de informação e de conhecimento, e a maior importância relativa do chamado conhecimento tácito frente ao conhecimento codificado; (b) o reconhecimento de que as novas TIC, ainda que proporcionando maior difusão de informações e conhecimentos, não impede a concentração sócio-espacial dos mesmos, seja pela sua crescente privatização proporcionada pelos mecanismos de propriedade intelectual, seja pela impossibilidade de transferir conhecimentos tácitos; (c) a projeção do papel da inovação e dos processos de aprendizado.

Se até recentemente o conhecimento era visto fundamentalmente em sua dimensão explícita, codificada e como sinônimo de informação, hoje há um crescente reconhecimento de que boa parte do conhecimento é implícito, tácito e não estruturado. A distinção entre conhecimento tácito e codificado foi introduzida por Michael Polanyi (1958), ao assinalar que o que sabemos é mais do que conseguimos falar ou descrever. Desde então, vários autores têm trabalhado sobre essa distinção, destacando-se algumas teorias sobre organizações (como Nonaka e Takeushi), assim como a chamada corrente evolucionária da economia (como Lundvall, entre outros).

Um dos supostos fundamentais é que parte importante da base de conhecimentos é tácita, ou seja, reside e desenvolve-se em crenças, valores, *know-how* e habilidades de cada indivíduo e organização, e provém do aprender fazendo, usando e interagindo (Johnson e Lundvall, 2000). O conhecimento tácito é justamente aquele que não foi documentado e tornado explícito por quem o usa ou detém; ele deriva da experimentação e da difusão de novas práticas pela interação local. Já o conhecimento codificado é mais facilmente descrito e replicado de um lugar a outro.

E, considerando a maior facilidade de disseminação de conhecimentos codificados por meio das TIC, o conhecimento tácito passa a ser considerado um diferencial básico frente ao conhecimento codificado.

Tão importante quanto a capacidade de produzir novo conhecimento é a capacidade de processar, adaptar e converter conhecimento em inovação, de acordo com as necessidades e especificidades de cada organização, país e localidade. A inovação é aqui entendida não somente como fator de competitividade, mas sobretudo como caminho de mudança social e desenvolvimento socioeconômico. Isto é particularmente relevante no caso dos países em desenvolvimento.

Impõe-se um conceito mais abrangente de inovação para além da inovação tecnológica, valorizando-se não apenas o conhecimento formalizado e dito avançado (conhecimento científico-tecnológico), mas também o conhecimento não formalizado e não estruturado, construído nas práticas econômicas e sociais (LALL; GHOSH, 2002) - os conhecimentos de indivíduos, em seus papéis de trabalhadores, consumidores e cidadãos; de organizações públicas e privadas; de populações, comunidades e povos tradicionais, entre outros grupos e segmentos.

Desse ponto de vista, o aprendizado é considerado elemento estratégico diante da velocidade das mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, e a crescente importância da inovação como fator de sobrevivência e competitividade individual, organizacional e territorial. Diminuem os ciclos de vida dos produtos e processos, assim como se intensifica a “descartabilidade” não só de bens, mas também de conhecimentos e ideários. Aumentam assim as pressões para a permanente renovação das competências dos indivíduos, em seus papéis de trabalhadores, consumidores e cidadãos, assim como das organizações públicas e privadas, de localidades e regiões.

O processo de aprendizado envolve hábitos cognitivos e estruturas de compreensão nos indivíduos. Compreendê-lo requer portanto desvendar os mecanismos de funcionamento da mente humana com relação ao processo pelo qual indivíduos formam suas opiniões e utilizam seus conhecimentos como base para suas ações e tomada de decisão.

Aprendizado é então entendido como processo de aquisição e construção de diferentes tipos de conhecimentos, competências e habilidades, não se limitando a ter acesso a informações. O aprendizado deixa de ser visto como uma tentativa de “transferir” informação e conhecimento, para ser abordado como processo de interação e comunicação, o qual resulta na construção de novos conhecimentos e informações.

Por outro lado, o aprendizado interativo é visto como a principal forma de difusão de conhecimento tácito. Este se encontra associado a contextos organizacionais e territoriais específicos, sendo transmitido e desenvolvido por meio de interações pessoais locais (GERTLER, 2001).

4 DIMENSÃO LOCAL

Torna-se assim evidente a indissociabilidade entre as dinâmicas cognitiva, inovativa e sócio-espacial, ou seja, que a produção, a socialização e o uso de conhecimentos e informações, assim como a conversão destes em inovações constituem processos sociais cujos contornos são definidos pela história e pela cultura em cada território.

O foco de análise e das políticas desloca-se da empresa como *locus* individual de inovação, para centrar-se no ambiente social, econômico e cultural onde as inovações ocorrem, “tentando detectar a possível existência de algumas chaves externas à empresas, mas internas aos lugares onde ocorrem os processos de inovação” (Mendez, 2002, p. 2). Valorizam-se então as condições locais que propiciam a dinâmica de inovações, a partir da percepção de que os atores

econômicos não são átomos isolados, mas estão embutidos, enraizados, imersos, imbricados (*embedded*)ⁱⁱ nas relações, redes e estruturas sociais.

A dimensão cognitiva dos atores locais – expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação – passou a ser vista como determinante de suas possibilidades de capitanear os processos de crescimento, mudança e desenvolvimento (BARQUERO, 1999). Importa sobretudo compreender e conhecer “os mecanismos endógenos de criação de ‘competências’ e de transformação de conhecimentos genéricos em específicos” (YOGUEL, 1998, p.4).

Torna-se então crucial compreender as condições para a interação e os fluxos de informações e conhecimentos (especialmente os tácitos): estas não se reduzem à localização ou proximidade espacial – são necessárias também condições institucionais e sócio-culturais que as favoreçam. Requer um contexto social de comunicação e a existência de códigos compartilhados e reconhecidos pelos atores, como sujeitos da comunicação; assim como canais, meios ou mecanismos de comunicação múltiplos que propiciem os vários fluxos de conhecimento e o aprendizado interativo.

Verifica-se que a inovação possui melhores condições de desenvolver-se em ambientes propícios à troca de conhecimentos e ao aprendizado, por meio de interações formais e informais e da colaboração entre diferentes atores. O complexo de instituições, costumes e relações de confiança locais conducentes à cooperação assume um papel crítico para a inovação, assim como as relações – pessoais e sociais – que constituem os principais veículos ou canais por meio dos quais o aprendizado e a inovação têm lugar.

Nessas interações locais, desenvolve-se um conhecimento coletivo, o qual é diferenciado e desigualmente distribuído, podendo – ou não – constituir importante fonte de dinamismo para aquele ambiente. Esse conhecimento coletivo não corresponde simplesmente à soma de conhecimentos de indivíduos e organizações; resulta das sinergias geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento.

Estudos mostram evidências que: (1) organizações e agentes que cooperam introduzem maior número de inovações do que os que não cooperam e (2) o grau de inovação aumenta com a variedade de parceiros comunicando-se e cooperando em rede, ressaltando a importância da diversidade institucional.

Assim é que a comunicação entre os atores, no território, estabelecendo um processo dinâmico de troca de experiências, percepções e conhecimentos, é um elemento central na produção da cultura e da própria territorialidade, como atributo social, entendendo-se que a cultura – incluindo conhecimentos, capacidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes – é construída no tempo (história) e no espaço (território).

Daí toda uma nova ênfase tanto acadêmica como política nas aglomerações produtivas – distritos industriais, clusters, *milieux* inovadores, arranjos produtivos locais, entre outros (Cassiolato e Lastres, 1999) – como espaços de interação relevante ao conhecimento, ao aprendizado e à inovação.

Ganha importância, nesse contexto, análises e conceitos que tratam das condições para a interação e a cooperação local, incluindo os aspectos institucionais e culturais, em sentido amplo; os conceitos de territorialidade e de capital social; de sistema produtivo local; assim como das redes de atores e redes sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência de uma sociedade, era ou economia da informação e do conhecimento foi usualmente associada a transformações na base técnico-científica, efetuadas a partir das três últimas décadas do século XX. A construção de uma infra-estrutura global de informação e a universalização do acesso a essa infra-estrutura colocou-se, de início, como questão central, respondendo às novas exigências dos padrões de acumulação do capital, em que a produção e a circulação de bens (particularmente os intangíveis) e a circulação do próprio capital baseia-se cada vez mais na expansão do uso das redes telemáticas.

Alternativamente, tal processo vem sendo entendido de um ponto de vista mais amplo, tanto em termos da abrangência de seu significado, onde a dimensão tecnológica (ainda que fundamental) constitui apenas um de seus aspectos e condicionantes, quanto no que diz respeito a seus antecedentes e condicionantes na história, supondo-se que a atual fase constitui desdobramento de uma dinâmica de mais longo prazo, cujos elementos de origem vinculam-se aos novos modos de pensar e de produzir, gestados desde a passagem para a Modernidade.

Entendidas de uma perspectiva multidimensional, são mudanças que se têm operado em esferas distintas da vida humana em sociedade, as quais interagem de maneira sinérgica e confluem para projetar a importância da informação e do conhecimento. Tais questões tendem a ser cada vez mais trabalhadas não somente em suas vertentes técnica, tecnológica ou econômica, mas fundamentalmente como parte de processos (geo)políticos e sociais:

- Informação e conhecimento são socialmente moldados e constituem elementos importantes no binômio inclusão-exclusão social. O desenvolvimento de novos meios técnicos de tratamento e comunicação da informação viabiliza conexões em tempo real e em escala planetária, estabelecendo redes de integração, mas também de exclusão. Ao mesmo tempo em que novos meios técnicos, a partir das modernas tecnologias de informação e comunicação, permitem um maior e mais ágil intercâmbio de informações, também se impõem novas barreiras políticas, econômicas e institucionais, restringindo o fluxo internacional de informações e conhecimentos considerados estratégicos (ALBAGLI, 1999).

- Informação e conhecimento projetam-se como instrumentos precípuos de poder - do Estado e do capital – tornados objetos de políticas públicas, ao mesmo tempo em que objetos de estratégias privadas e de crescente privatização pelos grandes agentes econômicos. Representam deste modo elementos estratégicos de hegemonia (geo)política e de competitividade econômica. Estabelecem-se garantias de monopólio cada vez mais estritas sobre os conhecimentos e informações, em especial no campo da ciência e tecnologia de ponta. Conseqüentemente, os resultados da atividade científica avançada, dada sua complexidade e os seus elevados custos, encontram-se cada vez mais sob o controle de grandes agentes econômicos, sediados nos principais pólos de poder mundial, tendendo-se a aprofundar o *gap* de informações e conhecimentos que separa os países centrais e periféricos.

- Informação e conhecimento passam a ser centrais nas matrizes simbólicas e culturais contemporâneas, ao menos do ponto de vista da cosmovisão ocidental dominante.

A chamada era da informação e do conhecimento, embora assumindo uma dimensão global, reflete: (a) a **diferenciação** entre distintas realidades culturais e projetos de sociedade, por parte de comunidades territoriais e segmentos sociais diversos; e (b) a **desigualdade** entre sociedades com diferentes condições de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico, ou entre economias avançadas e periféricas, bem como entre segmentos de diferentes níveis sócio-econômicos no interior de uma mesma sociedade nacional. Tal desigualdade expressa hoje

fundamentalmente a desigual distribuição sócio-espacial de conhecimentos e informações estratégicas.

O estabelecimento dessa nova ordem, deste modo, não se dá de modo homogêneo ou sem conflitos. Trata-se, ao contrário, de um processo permeado de controvérsias, choques de interesses e confronto de pontos de vista, ao mesmo tempo em que exigindo o desenvolvimento de novas abordagens, conceitos e até mesmo valores que dêem conta das mudanças em curso.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento In: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S (orgs). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999. pp. 290-313.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. Capital social e desenvolvimento local In: LASTRES, H. et alii. Pequena empresa e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desarrollo, redes e innovación*. Madrid: Ediciones Pirámide, 1999.

BECKER. B.K . A geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. R.B.G.. 53, 3, IBGE, 1991.

CASTELLS, M. The rise of the network society. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

DANTAS, M. Capitalismo na Era das Redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, H.M.M. & ALBAGLI, S (orgs.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 318 p.

GERTLER, S. Meric(2001) *Tacit Knowledge and the Economic Geography of Context or The Undefinable Tacitness of Being(There)*, (Presented at the Nelson and Winter DRUID Summer Conference, Aalborg, Denmark, 12-15 June 2001) University of Toronto, Toronto

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

GRANOVETTER, Mark (1985). "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 91, 3 (November):481-51

JOHNSON, B.& LUNDVALL, B-Å. "Promoting Innovation Systems as a Response to the Globalising Learning Economy". Nota Técnica 4, Estudos Temáticos. In: J. Cassiolato e H. Lastres Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 349 p.

LALL, Somik V.; GHOSH, Sudeshna. *Learning by Dining - Informal Networks and Productivity in Mexican Industry*. Policy Research Working Paper 2789. The World Bank Development Research Group, 2002.

LASTRES, H.M.M.; LEGEY, L-R I.; ALBAGLI, S. Indicadores da Economia e Sociedade da Informação, Conhecimento e Aprendizado. In: VIOTTI, E. (org.). Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEGEY, L-R. I; ALBAGLI, S. “Construindo a Sociedade da Informação no Brasil: uma nova agenda”. DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, v.1, n.5, 2000. <http://www.dgz.br>

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Campus : Rio de Janeiro, 1997.

RAFFESTIN, C. . Por uma geografia do poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1987

SFEZ, L Informação, saber e comunicação. Informare – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.1, pp 5-13, 1996

SOJA, E. Postmodern geographies. Londres: Verso, 1989.

YOGUEL, Gabriel. “Desarrollo del proceso de aprendizaje de las firmas: los espacios locales y las tramas productivas. Seminário Globalização e Inovação Localizada. Mangaratiba-RJ, 1998.

NOTAS

ⁱ Agradeço o apoio do CNPq e da FAPERJ.

ⁱⁱ A idéia de *embeddedness* foi primeiramente desenvolvida por Karl Polanyi, em 1944, em sua obra *The Great Transformation*, da seguinte forma: “The human economy [...] is embedded and enmeshed in institutions, economic and noneconomic. [...] religion or government may be as important to the structure and functioning of the economy as monetary institutions or the availability of tools and machines themselves that lighten the toil of labor” [citação de Polanyi, Aresberg and Pearson (1957), (Smelser e Swedberg, 1994)]. Posteriormente Mark Granovetter, na linha da “sociologia econômica”, usou o conceito para argumentar que a ação econômica está incrustada (*embedded*) na estrutura social e na cultura. Granovetter supõe que o comportamento dos indivíduos não é movido apenas pela racionalidade econômica, mas também pela “sociabilidade, a aprovação, o *status* e o poder”. E que, no sentido inverso, as relações sociais e a estrutura social desempenham um papel central no comportamento econômico. Ver: Granovetter, Mark (1973). “The strength of weak ties”. *American Journal of Sociology*, 78/4, 1350-80. e Granovetter, Mark (1985). “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. *American Journal of Sociology*, 91, 3 (November):481-51